DE MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO, NA EDITORA HUCITEC

Limites da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil
(organizadora)

Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80
(organizadora)

Tratado de Saúde Coletiva
(organizadora, com Gastão Wagner de Sousa Campos, Marco Akerman, Marcos Drumond Jr. & Yara Maria de Carvalho)

MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO

O DESAFIO DO CONHECIMENTO
Pesquisa Qualitativa em Saúde

DÉCIMA QUARTA EDIÇÃO

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2014

Capítulo 10
TÉCNICAS DE PESQUISA

Entrevista como técnica privilegiada de comunicação

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

As *entrevistas* podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Podem ser classificadas em *(a) sondagem de opinião,* no caso de ser elaborada mediante um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador; *(b) entrevista semi-estruturada,* que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação for-

mulada; *(c) entrevista aberta ou em profundidade,* em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões; *(d) entrevista focalizada,* quando se destina a esclarecer apenas um determinado problema; *(e) entrevista projetiva* que usa dispositivos visuais, como filmes, vídeos, pinturas, gravuras, fotos, poesias, contos, redações de outras pessoas. Essa última modalidade constitui um convite ao entrevistado para discorrer sobre o que vê ou lê. É geralmente utilizada para se falar de assuntos difíceis de serem tratados diretamente. É por meio de entrevistas também que se processam as narrativas de vida, igualmente denominadas "histórias de vida", "histórias biográficas", "etnobiografias" ou "etno-histórias". Acrescentam-se a essas modalidades os grupos focais (Minayo, Assis & Souza, 2005).

A entrevista como fonte de informação fornece dados secundários e primários de duas naturezas: *(a)* fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, atestados de óbitos e outros, a que Lundberg (1946) chama "objetivos"; Parga Nina (1985) o denomina "concretos" e Gurvitch (1955) qualifica como pertencentes ao nível "ecológico ou morfológico" da realidade; *(b)* e os que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado. São informações que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e a que os cientistas sociais costumam denominar "subjetivos" e só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar, condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos.

É preciso lembrar também que a *entrevista,* como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a *entrevista,* quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante. Dessa forma, além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano.

Algumas considerações práticas são, a seguir, relatadas e precisam ser levadas em conta em qualquer situação de interação empírica, sobretudo na formalidade de uma entrevista, seja ela estruturada, semi-estruturada ou não estruturada. Dizem respeito à entrada do entrevistador em campo:

- *Apresentação*: o princípio básico em relação a esse ponto é que uma pessoa de confiança do entrevistado (líder da coletividade, pessoa conhecida e bem-aceita) faça a mediação entre ele e o pesquisador. Seria muito arriscado entrar, sobretudo em comunidades ou grupos conflituosos, sem antes saber o que o mediador representa: ele tanto pode abrir como fechar portas.
- *Menção do interesse da pesquisa*: o investigador deve discorrer resumidamente sobre o trabalho para seu entrevistado e, também, dizer-lhe em que seu depoimento pode contribuir direta ou indiretamente para a pesquisa como um todo, para a comunidade e para o próprio entrevistado. Ainda é importante mencionar e referenciar a instituição à qual o pesquisador está vinculado.
- *Apresentação de credencial institucional.* Hoje, sobretudo em caso de pesquisas em equipe, o coordenador costuma escrever uma carta introdutória em que todos os aspectos principais são mencionados, o papel é institucionalmente timbrado e, em adendo, é apresentado um termo de adesão para ser

assinado pelo interlocutor. Esse termo passou a ser exigido desde pela Portaria 96/1996 do Ministério da Saúde que regula as pesquisas nacionais com seres humanos. Mesmo levando em conta todos esses cuidados, nada substitui a introdução feita por alguém de confiança de ambas as partes que possa fazer a mediação entre o pesquisador e seus interlocutores.

• *Explicação dos motivos da pesquisa* em linguagem de senso comum, em respeito aos que não necessariamente dominam os códigos das ciências sociais.

• *Justificativa da escolha do entrevistado*, buscando mostrar-lhe em que ponto e porque foi selecionado para essa conversa.

• *Garantia de anonimato e de sigilo* sobre os dados, assegurando aos informantes que não se trata de uma entrevista de mídia, onde os nomes precisam ser ditos e, ao mesmo tempo, mostrando que sua contribuição faz sentido para o conjunto do trabalho.

• *Conversa inicial* a que alguns pesquisadores denominam "aquecimento". Visa a quebrar o gelo, perceber se o possível entrevistado tem disponibilidade para dar informações e criar um clima o mais possível descontraído de conversa. No caso de estar combinada com a observação participante, a construção da identidade do pesquisador pelo grupo vai se forjando nas várias instâncias de convivência, desde o início.

Apesar de todos os esforços e cuidados, sempre haverá dificuldades típicas das interações de pesquisa, como já discorri anteriormente. Igualmente, os procedimentos enumerados não são nem normas rígidas nem um preceituário a ser cumprido de forma seriada pelo pesquisador. São sugestões, a partir da experiência, de posturas que podem ajudá-lo no processo de interação e no diálogo com os interlocutores.

• *Entrevista Não Estruturada, Aberta ou Não Diretiva*

A entrevista não estruturada ou também chamada "aberta" pode ser definida como "conversa com finalidade", em que um roteiro invisível serve de orientação e de baliza para o

pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados. Na sua realização, o pesquisador trabalha com uma espécie de esquema de pensamento, buscando sempre encontrar os fios relevantes para o aprofundamento da conversa. A informação não estruturada persegue vários objetivos: *(a)* a descrição do caso individual; *(b)* a compreensão das especificidades culturais mais profundas dos grupos; *(c)* a comparabilidade de diversos casos. Procura atingir essas metas, tentando manter a margem de movimentação dos informantes tão ampla quanto possível e o tipo de relacionamento livre de amarras, informal e aberto, dentro das limitações já conhecidas. O entrevistador se libera de formulações prefixadas para introduzir perguntas ou fazer intervenções que visem a abrir o campo de explanação do entrevistado ou a aprofundar o nível de informações.

Nas entrevistas abertas, a ordem dos assuntos tratados não obedece a uma seqüência rígida e, sim, é determinada freqüentemente pelas próprias preocupações, relevâncias e ênfases que o entrevistado dá ao assunto em pauta. A quantidade de material produzido nesses encontros tende a ser maior, mais denso e ter um grau de profundidade incomparável em relação ao questionário, porque a aproximação qualitativa permite atingir regiões inacessíveis à simples pergunta e resposta. A abordagem desses diferentes níveis tem sido uma questão fundamental das Ciências Sociais, aprofundada por alguns autores. Para Gurvitch,

> "A superfície ecológica e morfológica, no sentido lato do termo, os ambientes tanto naturais como técnicos, os objetivos, os corpos e os comportamentos que participam da vida social e captáveis pela percepção exterior" [. . .] em seguida, "as condutas preestabelecidas que são conduzidas, hierarquizadas, centralizadas, segundo certos modelos refletidos e fixados previamente em esquemas mais ou menos rígidos". [. . .] e por fim "papéis sociais assumi-

dos por indivíduos e por grupos, as atitudes coletivas, os símbolos sociais (1955, p. 112).

Esse autor conclui dizendo:

> Parece impossível compreender a realidade social total, se não se admite que esta superposição de planos submetidos a um determinante mais ou menos flexível, repousa sobre um solo vulcânico, onde se agita o que há de mais espontâneo e inesperado na vida coletiva: as condutas criadoras, as idéias e valores coletivos, os estados mentais e os atos psíquicos coletivos (1955, p. 113).

Segundo Michelat (1975), quando se considera que cada indivíduo, compreendido por meio das informações oferecidas pela entrevista, é um exemplar restrito e peculiar de sua cultura e de sua subcultura, pode-se dizer em conseqüência que: *(a)* quanto mais importante é o material produzido na entrevista, mais ele enriquece a análise que busca atingir níveis profundos; *(b)* a ordem afetiva e da experiência é mais determinante dos comportamentos e da fala do que o lado racional e intelectualizado; *(c)* quanto menos estruturada é a entrevista, mas permite emergir e ressaltar os níveis sócio-efetivo-existenciais.

A reflexão de Michelat (1975) questiona a pretensa "objetividade", vista sob o ângulo positivista e que se traduz no não-envolvimento, no uso renitente de linguagem intelectualizada que os interlocutores não dominam, no controle rígido de atitudes corporais, fisionômicas, de gestos, frases e palavras, a pretexto de "neutralidade".

No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser considerado falha ou risco comprometedor da objetividade, é necessário como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. A inter-relação no ato da entrevista, que

contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa. "Sem intropatia é difícil se compreender os aspectos subjetivos da definição da situação do entrevistado", diz Parga Nina (1985, p. 28). A quem pensa no perigo de o entrevistador se perder nessa imersão da realidade, Lévi-Strauss avisa:

> É bem um fato objetivo que, o mesmo espírito que se entregou à experiência e se deixou modelar por ela, se torne o teatro das operações mentais que não anulam as informações da experiência, mas transformam a experiência em modelo, tornando possíveis outras operações mentais (1975, p. 217).

Em *Éssai sur le Don*, Mauss (1975) ensina os investigadores a verem, na interseção de duas subjetividades, a ordem de verdade mais aproximada à qual as ciências sociais e humanas podem pretender quando enfrentam a totalidade de seu objeto.

• *Entrevista semi-estruturada*

A modalidade de *entrevista semi-estruturada* difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na seqüência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. No entanto, os pouco experientes, na hora da análise, correm sério risco pela tendência que têm de apenas analisar os temas previamente estabelecidos, sem ter o cuidado de explorar as estruturas de relevância dos entrevistados, trazidas do campo.

Alguns autores lembram que, ante a explosão da utilização da informática, é importante desenvolver técnicas que utilizem meios eletrônicos, como grupos de discussão, entrevistas em profundidade por e-mail, e outros.

• *Entrevista fechada ou questionário*

Não caberia neste trabalho, que se limita à pesquisa qualitativa, falar sobre todas as virtudes da entrevista fechada. Há livros específicos que não só ensinam a elaborar questionários como enunciam todos os cuidados e todo o rigor científico exigido para a sua validade como instrumento de captação de dados e também para sua articulação com a pesquisa qualitativa. Dentre as obras que tratam do assunto, recomendo o livro *Avaliação por Triangulação de Métodos* (Minayo, Assis & Souza, 2005). No caso da pesquisa qualitativa, os questionários têm um lugar de complementaridade em relação às técnicas de aprofundamento qualitativo. Pois, nas abordagens qualitativas, o foco é posto na compreensão da intensidade vivencial dos fatos e das relações humanas, ao passo que os estudos quantitativos se dedicam a conhecer e a explicar a magnitude dos fenômenos. A bem da verdade, é preciso dizer com Kant (1980) que em toda abordagem qualitativa se trabalha com quantidade e vice-versa: a síntese de ambas se faz na compreensão do tema específico de estudo.

• *Técnica Delphi*

A técnica *Delphi* (Varela, 1991; Jones & Hunter, 1995) é um tipo de entrevista que visa ao consenso, por meio da utilização da comunicação por escrito. Mediante o envio de uma série de questionários ou roteiros pelo correio, o investigador busca conhecer a opinião de um grupo de pessoas que possuem informações sobre determinado problema em relação à: sua dimensão, à definição de objetivos e prioridades em sua solução, assim como sobre a abordagem teórica do tema. Numa primeira fase, o pesquisador envia o instrumento (questionário ou roteiro) a um conjunto de especialistas. A partir de suas repostas, é feito outro instrumento que leva em conta as contribuições dos especialistas e, outra vez, lhes é endereçado para que se pronunciem sobre seu grau de acordo com cada afirmação conseguida. E assim se procede sucessivamente, até que se alcance consenso. É importante estratégia para avaliação de decisões sobre instrumentos que exigem conhecimentos especializados. Essa técnica é usada também para subsidiar a construção de instrumentos fechados ou semi-estruturados de uma investigação que vai ser feita numa escala ampliada, por exemplo, no caso dos estudos multicêntricos ou em rede.

• *Pesquisa em grupo*

As técnicas de grupo mais comuns para a atividade de pesquisa são as de *grupo focal* e as de *brainstorming* ou de *chuva de idéias*. Ambas são largamente utilizadas em pesquisa qualitativa, seja de forma combinada com entrevistas, seja como estratégias exclusivas.

O *grupo focal* se constitui num tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. Para serem bem-sucedidos, precisam ser planejados, pois visam a obter informações, aprofundando a interação entre os participantes, seja para gerar consenso, seja para explicitar divergências. A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro que vai do geral ao específico, em ambiente não diretivo, sob a coordenação de um moderador capaz de conseguir a participação e o ponto de vista de todos e de cada um. O valor principal dessa técnica fundamenta-se na capacidade humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos (Krueger, 1988). Nesse sentido, o uso dos grupos focais contrasta com a aplicação de questionários fechados e de entrevistas em que cada um é chamado a emitir opiniões individualmente.

Schrades (1987) comenta que, no âmbito de determinados grupos sociais atingidos coletivamente por fatos ou si-

tuações específicas, desenvolvem-se opiniões informais abrangentes, de modo que, sempre que entre os membros de tais grupos, haja intercomunicação sobre tais fatos, esses se impõem, influindo normativamente na consciência e no comportamento dos indivíduos.

A natureza dessa técnica difere também da observação em campo, onde se focalizam comportamentos, relações e imponderáveis da vida social. Os *grupos focais* podem ter uma função complementar à observação participante e às entrevistas individuais ou, ao contrário, ser a modalidade específica de abordagem qualitativa. Por isso são usados para: *(a)* focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; *(b)* complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; *(c)* desenvolver hipóteses para estudos complementares; *(d)* ou, cada vez mais, como técnica exclusiva.

Do ponto de vista operacional, a discussão nos *grupos focais* se faz em reuniões com um pequeno número de informantes (seis a doze). A técnica exige a presença de um animador e de um relator. O primeiro tem o papel de focalizar o tema, promover a participação de todos, inibir os monopolizadores da palavra e aprofundar a discussão. Scrimshaw & Hurtado (1987) assim resumem o papel do animador: *(a)* introduzir a discussão e a mantê-la acesa; *(b)* enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; *(c)* observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; *(d)* buscar as *deixas* para propor aprofundamentos; *(e)* construir relações com os participantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes para a pesquisa; *(f)* observar as comunicações não verbais e *(g)* monitorar o ritmo do grupo visando a finalizar o debate no tempo previsto. Geralmente o tempo de duração de uma reunião não deve ultrapassar uma hora e meia.

É preciso reforçar o papel complementar dos grupos focais, além da sua importância específica e única. Junto com o uso das histórias de vida, das entrevistas abertas ou semi-estruturadas e da observação participante, o pesquisador constrói uma série de possibilidades de informações que lhe permitem triangular olhares e obter mais informações sobre a realidade.

Brainstorming ou, em português, *chuva de idéias*, é uma técnica de grupo voltada para gerar novas informações sobre temas específicos e promover o pensamento criativo (March et al., 2003). Seu criador, Osborn, em 1941 (1953), concluiu que um processo interativo de grupo não estruturado gerava mais e melhores idéias do que quando os indivíduos trabalhavam individualmente. A utilidade dessa técnica é múltipla. No campo da pesquisa social é muito proveitosa para ajudar a definir um tema ou um projeto; para diagnosticar um problema; para discutir conceitos novos; para dar um novo rumo a um projeto buscando identificar obstáculos e soluções.

Nos grupos de *brainstorming* há três papéis a serem desempenhados e alguns pré-requisitos: coordenador, relator e membros, cada um com funções específicas. Ao coordenador cabe preparar a reunião, escolher os participantes, garantir um ambiente calmo e relaxado. Em seguida, (1) deve nomear o problema ou o tema em discussão ou colocá-lo em um portafólio ou em exposição por multimídia; (2) explicar as regras do trabalho, cuja essência consiste na maior liberdade possível de expressão; (3) fixar os objetivos e recordá-los durante a ocorrência da sessão; (4) conduzir o processo de chuva de idéias e, ao final, orientar o aprofundamento do tema.

O relator, além de auxiliar o coordenador nos aspectos organizacionais, deve estar atento para nada deixar de anotar sobre o processo criativo e interativo, registrando-o. A escolha dos membros pelo coordenador é crucial para o êxito do trabalho, buscando-se que todos sejam compatíveis com o objetivo proposto. Pela finalidade que pretendem alcançar, esses grupos não devem ter mais que cinco a seis pessoas.

Como pré-requisitos para o êxito dos grupos de trabalho de *brainstorming*, *(a)* é preciso que o ambiente esteja tranqüi-

lo e relaxado: *(b)* todas as idéias são bem-vindas e não se deve emitir julgamento sobre elas; *(c)* é preciso investir na criatividade das contribuições; *(d)* deve-se dosar a discussão das idéias e buscar o seu aprofundamento, no tempo previsto para o trabalho de grupo.

As etapas a seguir para o bom uso da técnica têm muitas variantes, mas oferecem-se aqui duas propostas como exemplo. A primeira tem como característica um *grupo de falantes*:

- a sessão se inicia com cada membro do grupo escrevendo sua idéia com o menor número possível de palavras e expondo-a para o grupo;
- o coordenador acolhe e o relator lista as idéias sem tirar conclusões e sem interpretações;
- o exercício de expressão termina quando não há mais idéias propostas;
- juntos, todos analisam, avaliam e organizam a produção coletiva, visando ao objetivo proposto inicialmente.

Uma segunda modalidade é a *chuva de idéias silenciosa*: Os participantes pensam e expressam suas idéias em muito breves palavras numa folha de papel, em silêncio. O que foi escrito é colocado sobre a mesa. A seguir todos trocam, agregando novas idéias ao do companheiro ou companheira, sucessivamente. Esse processo pode continuar num tempo médio de trinta minutos, permitindo aos participantes construir uns sobre as idéias dos outros, valorizando todas as contribuições e evitando-se intimidações dos membros mais dominantes do grupo.

Vale ressaltar ainda que, como todas as outras formas de abordagem, também os grupos focais ou chuva de idéias estão condicionados pela interação social e devem ser usados a partir da consciência de suas vantagens e seus limites.

- *Utilização de instrumentos para registro das várias modalidades de entrevista*

O registro fidedigno, e se possível *ipsis litteris*, de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados que têm na fala

sua matéria-prima é crucial para uma boa compreensão da lógica interna do grupo ou da coletividade estudada. Dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa. Ou, ainda, quando existe possibilidade técnica e abertura do grupo pesquisado, podem ser usados outros recursos, como filmagens. É necessário ressaltar que qualquer tentativa de assegurar o registro em toda a sua integridade precisa do consentimento do interlocutor. Em geral, o pesquisador de campo não costuma ter dificuldade na apresentação desses instrumentos e na consecução da licença dos entrevistados para utilizá-los. Ocorrem restrições e oposições, no entanto, quando o tema da fala é espinhoso, controverso ou polêmico e põe em risco o desempenho ou a reputação da pessoa que continuará fazendo parte de seu grupo depois que o pesquisador tiver saído de campo.

Quando não for possível gravar ou filmar, considero crucial que o investigador tente registrar a fala, imediatamente após a entrevista, devendo fazer o mesmo com os registros da observação participante. Não se deve confiar na memória, pois a lógica do pesquisador permanentemente se infiltra na observação, diminuindo a importância da dinâmica específica de seu objeto de pesquisa.

Observação participante

A *Observação Participante* pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade. Sobre o tema, Schwartz & Schwartz propõem a seguinte formulação:

> Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa

situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (1955, p. 355).

Essa conceituação aparentemente completa não pode ser considerada unânime no debate das ciências sociais. As controvérsias existem com relação à própria prática de observação, ao "o quê" e ao "como" observar. Vale dizer que é no seio da antropologia que se inicia a reflexão sobre a estratégia de *Observação*, tratada como forma complementar de compreensão da realidade empírica. Uma coisa é certa na opinião de todos os estudiosos: existe necessidade de o pesquisador relativizar o seu espaço social, aprendendo a se pôr no lugar do outro. No trabalho qualitativo, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude. Como lembra Da Matta, "para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade" (1978, p. 35). Neste texto, abordo as várias linhas de pensamento sobre o assunto e sua contribuição específica para a construção do processo de pesquisa.

• *O Debate Teórico em torno do conceito de Observação Participante*

O texto considerado pelos antropólogos com um clássico sobre *Trabalho de Campo* foi escrito em 1922, por Malinowski, a propósito de sua inserção entre os nativos das ilhas Trobriand, denominado *Os Argonautas do Pacífico* (Malinowski, 1984). Embora levando-se em conta que esse estudo reflete as concepções funcionalistas de seu autor, a rica experiência transmitida e as bases metodológicas por ele lançadas continuam atuais e sua legitimidade permanece intocável até hoje. Malinowski (1984), a partir de sua experiência ressalta os passos da inserção na realidade empírica: *(a)* necessidade de ter bagagem científica; *(b)* importância da observação participante; *(c)* utilização de técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina evidências. Malinowski (1984) valoriza o processo de observação direta, distinguindo-o dos outros momentos do trabalho de campo, como os de depoimento dos entrevistados e os de interpretações e inferências do pesquisador.

Junto com Radcliffe-Brown (1958), outro antropólogo inglês, Malinowski (1975; 1984) revolucionou a antropologia nas três primeiras décadas do século XX. São suas as seguintes palavras:[1] "Toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano" (Malinowski, 1978). Sobre a tarefa do etnógrafo acrescenta:

> Esse material evasivo que é o ser humano não tem uma visão integrada resultante do todo e cabe ao pesquisador organizá-la partir de três pontos de vista: *(a)* o arcabouço da constituição; *(b)* os imponderáveis da vida real ou do comportamento típico; *(c)* e o espírito nativo (1978, p. 40).

Malinowski faz uma crítica radical aos tipos de pesquisa social que apreendem apenas um nível da realidade por meio dos *surveys*. Comenta que esse tipo de ciência percebe apenas o esqueleto da sociedade, mas não compreende a vida que pulsa, porque o cientista está longe do lugar onde a vida acontece.

> Há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados por meio de perguntas ou

[1] Para referência, ver B. Malinowski. *Argonautas do Pacífico* e outros textos na Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978. Radcliffe-Brown. *Method in Social Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua realidade. Denominemo-los os "imponderáveis da vida real". Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, a maneira de comer e de preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia, a existência de grandes hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre pessoas; a maneira sutil mas inquestionável em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento dos indivíduos e nas reações emocionais dos que o rodeiam (Malinowski, 1978, p. 55).

Nesse texto, Malinowski sugere um tipo de comportamento em campo, por meio do qual define a essência da antropologia: "Ela é uma atitude que consiste em desenvolver uma visão estereoscópica das atividades e idéias humanas através de conceitos inteligíveis a todos" (1978, p. 256).

Malinowski ensina o que deve ser observado numa realidade empírica determinada: *(a)* o conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social; *(b)* a forma como essas regras são obedecidas ou transgredidas; *(c)* os sentimentos de amizade, de antipatia ou simpatia que permeiam os membros da coletividade; *(d)* o aspecto legal e o aspecto íntimo das relações sociais; *(e)* as tradições, costumes e o tom e a importância que lhe são atribuídos; *(f)* as idéias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados ou evidenciados em gestos e atitudes por meio de suas categorias de pensamento.

Embora Malinowski separe, para efeito de estudo, a realidade social em três níveis (verbalizações, comportamentos, estruturas), sua intenção é a reconstrução teórica da *totalidade*, ao que denomina "arcabouço da constituição" da sociedade analisada, por meio do que é típico e recorrente no grupo social.

Para conseguir apreender a "totalidade funcional", Malinowski (1978) apresenta um método, que em seus princípios gerais pode ser assim resumido:

• *Ter objetivos realmente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna.*

Isso significa imergir na realidade e concomitantemente dominar os referenciais teóricos necessários à investigação. A atitude de observador científico consiste em colocar-se do ponto de vista do grupo pesquisado, com respeito, empatia e inserção, o mais íntima e mais intensamente possível. Significa, por parte do pesquisador, ter abertura para o grupo, sensibilidade para sua lógica e para sua cultura, lembrando-se de que a interação social faz parte da condição e da situação de pesquisa. Afirma Malinowski, utilizando-se de uma metáfora:

> O etnógrafo não tem apenas que estender suas redes no lugar correto e esperar pelo que nela cairá. Deve ser um caçador ativo e dirigi-las para sua presa e segui-la até as suas tocas mais inacessíveis (1978, p. 45).

Ou seja, cabe ao pesquisador ser um perscrutador insistente, que está sempre entre as balizas dos conhecimentos teóricos e das informações de campo:

> O bom treinamento teórico e a familiaridade com os mais recentes resultados científicos não são equivalentes a estar carregado de idéias preconcebidas. Se um indivíduo inicia uma pesquisa com a determinação de provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu trabalho será inútil (1978, p. 45).

No entanto, o mesmo autor sublinha a necessidade da preparação teórica:

> Quanto mais problemas o pesquisador trouxer para o campo, quanto mais estiver habituado a conformar suas teorias aos fatos e a considerar os fatos na sua importância para a teoria tanto melhor capacitado estará para o trabalho. As idéias preconcebidas são perniciosas em qualquer tarefa científica, mas os problemas antevistos constituem a principal qualidade de um pensador científico, e esses problemas são revelados, pela primeira vez ao observador, por seus estudos teóricos (1978, p. 45).

• *Colocar-se em boas condições de trabalho e dispor-se a viver no contexto, aberto à realidade do grupo pesquisado.*

Certamente, na frase acima, Malinowski, estava se referindo à sua experiência concreta entre os indígenas, onde a língua, os costumes e a organização social o apelavam, de um lado, a imergir para entender. De outro lado, a comunidade dos brancos presente na localidade onde investigava era uma tentação permanente de evasão do cansaço que as profundas diferenças sociais e culturais provocavam e o induziam a buscar o habitual e o conhecido. Se substantivamente a situação de um pesquisador no seio de uma comunidade indígena é muito diferente, a disposição de integrar-se no contexto de pesquisa constitui uma condição importante para uma boa investigação empírica. No mesmo sentido que Malinowski (1978), Schutz, ao aprofundar os princípios e as formas da abordagem fenomenológica, dá relevo ao encontro de subjetividades ou à intersubjetividade entre o pesquisador e seus interlocutores:

> Há uma diferença essencial na estrutura dos objetos, dos pensamentos ou construtos mentais formados pelas ciências sociais e pelas ciências naturais. [...] O mundo da natureza, tal como é explorado pelo cientista natural, não significa nada para as moléculas, átomos e elétrons que nele existem. O campo de observação do cientista social, entretanto, quer dizer, a realidade social, tem um significado específico e uma estrutura de relevância para os seres humanos que vivem, agem e pensam dentro dessa realidade (1979, pp. 266-7).

Preocupado com a cotidianidade do *homem simples* ou do *homem da rua*, esse autor diz que os objetos de pensamento, construídos pelo cientista social, têm de estar baseados no senso comum das pessoas que vivem cotidianamente dentro de determinada realidade.

A fenomenologia pensa a relação entre pesquisador e pesquisado como uma interação na qual as estruturas de significados de ambos são observadas e traduzidas para os construtos consistentes de um quadro referencial teórico. Para isso, Schutz (1979) propõe algumas atitudes ao trabalhador de campo: *(a)* colocar-se no mundo dos entrevistados, buscando entender os princípios gerais que seguem na sua vida cotidiana para organizar suas experiências, particularmente as de seu universo social. Desvendar essa lógica é condição preliminar da pesquisa; *(b)* manter uma perspectiva dinâmica, que ao mesmo tempo leve em conta as relevância dos atores sociais e tenha em mente o conjunto de indagações trazidas por ele, a partir de sua abordagem teórica. Atuar ativamente na construção dessa relação; *(c)* abandonar, na convivência, uma postura externa de cientista, entrando na cena social dos entrevistados como uma pessoa comum que partilha do cotidiano; *(d)* adotar no campo uma linguagem do senso comum própria dos atores sociais que observa.

As atitudes propostas por Schutz (1979; 1982), para quem vai a campo, são também ressaltadas por Cicourel nos seus escritos sobre o observador participante. Esse sociólogo insiste particularmente na construção, pelo pesquisador, do que

denomina *modelo do ator*, ressaltando que os dois contextos de pesquisa, o científico e do senso comum, "são ambos construções elaboradas pelo cientista" (1969, p. 110).

> O observador científico necessita de uma teoria que forneça um modelo do ator, o qual está orientado para agir num meio de objetos com características atribuídas ao senso comum. O observador precisa distinguir as racionalidades científicas que usa para ordenar sua teoria e seus resultados, das racionalidades do senso comum que atribui aos atores estudados (Cicourel, 1969, p. 110).

O mesmo tema relativo à inserção do pesquisador no campo é também aprofundado por Raymond Gold (1958), por meio da proposta de quatro situações teoricamente possíveis, que vão de um extremo em que o investigador é um *participante total*, ao outro, em que se contenta em ser *observador total*. Tal classificação que cito a seguir, ainda que esquemática, tem o mérito de ressaltar as posturas mais comuns no trabalho de campo, onde a clareza de atitudes contribui para melhor possibilidade compreensiva das realidades específicas. É claro que as noções de "familiar" e de "estrangeiro" utilizadas por Gold (1958) devem ser relativizadas e adaptadas, quando se aplicam a estudos da sociedade contemporânea.

Por *Participante Total*, Gold (1958) entende a postura do pesquisador que se propõe a participar inteiramente, "como nativo"[2] em todas as áreas da vida do grupo que está em estudo. Cicourel também utiliza o mesmo termo quando diz: "Quero sugerir com isso que o valor crucial, no que diz respeito aos resultados da pesquisa, reside mais na auto-orientação do participante total do que no seu papel superficial quando inicia o estudo" (1969, pp. 91-2).

[2] "Como nativo", tornar-se nativo", expressões que significam a máxima identificação possível com o grupo pesquisado.

A categoria *participação total* corresponde melhor aos pesquisadores que se envolvem no estudo de sociedades indígenas, como o mostra Lévi-Strauss:

> Quando assume, sem restrição mental e sem segundas intenções, as formas de vida de uma sociedade estrangeira, o antropólogo pratica a observação integral, aquela além da qual não há mais nada, a não ser a absorção definitiva — e é um risco — do observador pelo objeto de sua observação (1975, p. 216).

Esse risco de imersão total num mundo diferente tem sido assumido por muitos pesquisadores que praticam a Pesquisa Participante ou Pesquisa-Ação, como observam certos estudiosos (Durham, 1986; Zaluar, 1986) ou mesmo por investigadores que passaram a viver em comunidades indígenas dentro da cultura nativa.

O *Participante-como-Observador* adquire um papel significativamente diferente do *status* anteriormente descrito, porque, neste caso, o pesquisador deixa claro para si e para o grupo que sua relação de campo se restringirá ao tempo da pesquisa. A participação, no entanto, tende a ser profunda e se dar pela adoção de hábitos, formas de atuação solidária e vivência conjunta e acompanhamento de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados dentro de suas rotinas cotidianas. A consciência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, pondo sempre em questão a suposta "objetividade" nas relações.

O *Observador-como-Participante* é uma terceira modalidade de observação. Costuma ser utilizada, freqüentemente, como estratégia complementar ao uso das entrevistas, nas relações com os atores, em momentos considerados importantes para efeitos da pesquisa. Trata-se de um modo de observação qua-

se formal, em curto espaço de tempo, e suas limitações advêm desse contato bastante superficial.

Como *Observador-Total*, o pesquisador não comunica aos grupos que está estudando o fato de que os está observando e não se envolve com a vida dos seus interlocutores. A "observação total" é uma estratégica raramente usada de forma pura, tendo papel complementar em relação a outras iniciativas de campo.

Os quatro papéis do observador, tipificados por Gold (1958), servem para fins analíticos. Na verdade nenhum deles se realiza puramente a não ser em condições especiais. Em diferentes fases do trabalho de campo, um procedimento pode ser privilegiado em relação aos outros. Isso ocorre por causa das condições de pesquisa ou de acontecimentos considerados importantes em relação à finalidade da investigação. Mais do que um *a priori* do tipo de pesquisador que se deseja ser no campo, é preciso considerar a observação participante como um processo construído duplamente pelo pesquisador e pelos atores sociais envolvidos. Esse processo tem momentos cruciais, que devem ser encarados tanto do ponto de vista operacional quanto teoricamente. O primeiro deles é a entrada em campo.

Paul Benjamin, numa reflexão sobre a entrada em campo, diz que:

> É oportuno e às vezes mesmo essencial fazer os contatos com as pessoas que controlam a comunidade. Essas pessoas podem ter *status* na hierarquia de poder ou posições informais que impõem respeito. O apoio delas ao projeto pode ser crucial e elas podem ser úteis para se fazer outros contatos (1953, p. 430).

A experiência confirma e relativiza essas observações do antropólogo americano. Certamente as pessoas que introduzem o pesquisador no campo são com ele responsáveis tanto pela sua primeira imagem, como por portas que se abrirão ou se fecharão. O relato de Berreman (1975) sobre sua experiência numa comunidade himalaia, já resumido aqui, é bastante eloqüente sobre o assunto. A experiência acumulada mostra que o perfil dos informantes e a qualidade dos dados recolhidos têm que ver com o impacto da entrada e da apresentação do pesquisador. No entanto, sua sensibilidade e capacidade de empatia no campo podem minimizar aspectos impactantes iniciais. É possível, por exemplo, na medida em que o trabalho avance, utilizar técnicas como a chamada "bola de neve",[1] por meio da qual o pesquisador vai se informando sobre outros possíveis interlocutores, sucessivamente, e assim, prescindindo das pessoas que o introduziram no grupo, criando um lastro de confiabilidade para seu trabalho. Diante da situação particular da pesquisa, está em jogo a capacidade de empatia, de observação e de aceitação do pesquisador que não pode ser transformada em receituário prático.

Um segundo momento da inserção (segundo momento aqui entendido apenas para fins de análise) é o da definição do papel do pesquisador no interior do grupo onde está se integrando. Benjamin afirma que:

> Em parte o pesquisador de campo define seu próprio papel, em parte seu papel é definido pela situação e pela perspectiva dos nativos (ou grupos). Sua estratégia é a de quem participa de um jogo. Ela não pode predizer as jogadas precisas que o outro lado vai fazer, mas pode antecipá-las da melhor maneira possível e fazer suas jogadas de acordo (1953, p. 431).

Os papéis reais que o pesquisador desempenhará vão variar de acordo com a situação de pesquisa. Na verdade, em

[1] Técnica "bola de neve" consiste em, por meio de um interlocutor, ir somando outros e assim sucessivamente, minimizando-se efeitos de "poder de pessoas e grupos" ocasionalmente existentes na entrada do pesquisador em campo.

relação aos grupos que elege, o pesquisador é menos olhado pela base lógica dos seus estudos e mais pela sua personalidade e comportamento. As pessoas que o introduzem no campo e seus interlocutores querem saber se ele é "uma boa pessoa" e se não vai "fazer mal ao grupo", não vai trair "seus segredos" e suas estratégias de resolver os problemas da vida.

Há múltiplas situações de pesquisa, mas, como norma geral, a figura do pesquisador é construída com a sua colaboração apenas parcial, pois a imagem que projeta reverbera no grupo a partir das referências que este possui, dentro de seus padrões culturais específicos. Da mesma forma, a visão que o investigador constrói sobre o grupo depende das pessoas com quem travar relações. Dessa forma a visão das duas partes será sempre incompleta e imprecisa.

Essa construção mútua do pesquisador e dos pesquisados por meio da interação é analisada por Berreman (1975) valendo-se da imagem do teatro. Berreman (1975) afirma, com base em sua experiência e usando reflexões de Goffman (1959) sobre a *A Construção do Eu na Vida Cotidiana*, que pesquisador e pesquisado são ambos atores representando papéis, um diante do outro. Assim como no teatro há os bastidores, "região interior", e o palco, "região exterior" (como já foi dito) e as pessoas tendem a se expressar através do palco, isto é, das regras oficiais e formais. No entanto, com relação à compreensão da realidade, Berreman enfatiza que tanto o conhecimento das regiões interiores (os segredos dos bastidores) da vida de um grupo, como o da encenação exterior, isto é, da visão oficial, são componentes essenciais. As ponderações de Berreman se encontram com as Malinowski (1975a; 1975b; 1978), quando este antropólogo ressalta a necessidade de se investigar tanto o arcabouço estrutural como os "imponderáveis da vida real" e os "aspectos íntimos das relações sociais".

Se a entrada em campo tem que ver com os problemas de identificação, obtenção e sustentação de contatos, a saída é também um momento crucial. As relações interpessoais que se desenvolvem durante a pesquisa não se desfazem automaticamente com a conclusão das atividades previstas. Há um "contato" informal de favores e de lealdade que não dá para ser rompido bruscamente sob pena de decepção: os investigadores trabalham com pessoas logo com relações e com afeto. Não há receitas para esse momento, mas algumas questões que podem ser formuladas e respondidas pelo pesquisador: Em que pé ficam as relações posteriores ao trabalho de campo? Qual o compromisso do pesquisador com o grupo, no que concerne aos dados primários recolhidos, ao seu uso científico e às formas de retorno? Em resumo, a saída do campo envolve problemas éticos e de prática teórica. A relação intersubjetiva que se cria pode contribuir para definição do tipo e do momento do corte necessário nas relações mais intensas e um plano de continuidade possível ou desejada.

Concluo evidenciando que as dificuldades de inserção do pesquisador no campo não podem ser pensadas apenas como questão que o tempo de contato resolverá. Há as dificuldades próprias desse período da pesquisa que devem ser objeto de reflexão e de planejamento como parte das estratégias de construção do conhecimento.

• *Aplicação de um certo número de métodos particulares para selecionar, coletar, manipular e estabelecer os dados* (Malinowski, 1975b).

Malinowski considera essa triangulação de perspectivas no campo como o terceiro parâmetro de êxito da pesquisa empírica. Refere-se à necessidade de combinação do registro da "organização social e da anatomia da cultura", através do "método de documentação estatística concreta", com a observação dos "imponderáveis da vida real" mediante uma observação minuciosa detalhada no diário de campo; "uma lista de declarações etnográficas, narrativas feitas pelos nativos, expressões típicas, fórmulas mágicas, lendas e peças de folclore que dão conta da mentalidade do grupo" (1975b, p. 61). O autor

comenta ainda que o objetivo da observação e do registro é apreender o "ponto de vista do nativo, sua relação com a vida e sua visão de mundo e assim apreender o sistema total" (1975b, p. 62).

Outros pesquisadores depois de Malinowski têm também se ocupado em desenvolver procedimentos teoricamente fecundos para observação participante. Alguns deles como Cicourel (1969b) e Denzin (1973) entram em discussão com os apologistas dos métodos quantitativos, para quem a observação participante é sinônima de "impressionismo".

Denzin (1973) insiste em que, em comparação com os cientistas que trabalham com *surveys*, o pesquisador de campo que inclui em sua investigação a observação participante está mais livre de prejuízos, uma vez que não é, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados ou de hipóteses testadas antes, e não durante o processo de pesquisa. A fluidez da própria natureza da observação participante concede ao pesquisador a possibilidade de usufruir, ao mesmo tempo, de dados que os *surveys* proporcionam. Na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados. A observação participante ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas no cotidiano do grupo.

Cicourel (1969b) também enaltece as virtudes da observação participante, mas coloca-se de forma mais exigente que Denzin (1973) em relação à validade dessa estratégia. Sua preocupação está voltada para as condições que possibilitam o teste de hipóteses e resolvem os problemas de inferência e de provas corretas.

Com relação à questão da *objetividade*, opondo-se ao *impressionismo*, Cicourel (1969b) comenta que quanto maior é a participação do observador, maior é o risco de seu envolvimento, mas, também, maior é a possibilidade de que consiga penetrar na chamada "região interior" do grupo. Se a participação mais profunda dificulta o teste de hipóteses, em contraposição, pode desvendar os códigos do grupo e seus significados mais íntimos. Esse autor ressalta que o controle da objetividade dos dados obtidos por meio da observação participante deve ser feito mediante revisões críticas do trabalho de campo, explicitação dos procedimentos adotados e dos diferentes papéis representados pelos membros do grupo pesquisado e pelo próprio pesquisador.

Cicourel chama atenção ainda para o fato de muitos pesquisadores considerarem os dados conseguidos em campo como a tradução da verdade, sem levar em conta a situação e as condições de seu trabalho empírico. Através de uma pretensa "objetividade" dos dados, diz ele: "estes relatos pós-facto simplesmente acrescentam observações descritivas de validade duvidosa para o conjunto da ciência social" (1969b, p. 97). Por isso, esse autor recomenda que seja qual for o resultado da pesquisa, é preciso tornar explícitas todas as fontes de informação sobre o problema pesquisado, o contexto no qual a pesquisa se desenvolveu, tanto do ponto de vista institucional, da relação entre pesquisadores, como da situação e das condições de trabalho de campo. Esses dados devem fazer parte do corpo de análises e são necessários para a compreensão contextualizada do objeto de estudo.

Cicourel usa uma expressão de Becker (1958, p. 652), "história natural da pesquisa", para falar da importância do registro no trabalho de campo, de forma processual: (1) das intenções implícitas ou explícitas; (2) da teoria e da metodologia; (3) das mudanças de posição no decorrer do trabalho, quando há hipóteses ou pressupostos permanentemente testados:

> Cada passo produz dados que podem ser relacionados com os dados a serem obtidos posteriormente, a fim de melhorar a teoria, a metodologia e clarificar o problema central (Cicourel, 1969b, p. 118).

Finalmente, conclui que, ainda quando o pesquisador começa seu trabalho com vagas noções a respeito do tema a ser estudado, deve testar algumas hipóteses específicas, através do detalhamento minucioso de seus procedimentos metodológicos e de suas pressuposições teóricas sobre a natureza dos grupos e da ordem social. Em resumo, neste ponto há concordância entre Cicourel (1969b) e Popper (1973) quando esse filósofo da ciência diz que "a objetividade dos enunciados científicos reside no fato de que eles possam ser intersubjetivamente submetidos a teste" (1973, p. 41).

Bourdieu (1973), autor que atuou em importante trabalho de campo, adverte que não há virtudes mágicas *na observação participante*, embora essa técnica seja enaltecida por muitos que julgam equivocadamente que o conhecimento vem a partir da prática. Para Bourdieu, "a prática que aparece como condição de uma ciência rigorosa não é menos teórica", e acrescenta:

> É preciso lembrar que o privilégio presente em toda atividade teórica, na medida em que ela supõe um corte epistemológico, mas também social, governa sutilmente esta atividade [a observação participante]. Isso conduz a uma teoria da prática que é correlata ao fato de se omitir as condições sociais na produção da teoria (1973, p. 158).

Insiste Bourdieu em que, na produção de qualquer teoria, o pesquisador tem de romper com o senso comum do grupo pesquisado. E, numa segunda ruptura, pôr sempre em questão os pressupostos inerentes à sua qualidade de observador externo e estranho ao grupo:

> [Lugar] de estrangeiro que, preocupado em interpretar as práticas de outro grupo, tende a importar para o objeto os princípios de suas relações com esse objeto, incluindo-se aqui suas relevâncias (1973, p. 160).

Retomo as reflexões iniciais deste capítulo. Como qualquer fase ou técnica de trabalho de pesquisa, também a observação não é neutra. O que observar? Como observar? São questões influenciáveis pelos esquemas teóricos, preconceitos e pressupostos do investigador e pelas reações dos interlocutores em campo.

Dessa forma, sobre a observação, a posição funcional positivista tenta dar ênfase à estrutura social e à totalidade, a partir do "calidoscópio" que é a realidade, considerada como um sistema natural redutível a leis sociológicas. A teoria fenomenológica dá ênfase à construção do "modelo de ator", formulada a partir da compreensão das estruturas de relevância e da cotidianidade compartilhada entre membros do grupo. Por isso, dá importância à delimitação do "campo de ação" do cientista social como intrinsecamente diferente do do cientista natural. Assim Schutz (1971) define o labor do pesquisador como a capacidade de reconstruir, a partir do senso comum dos interlocutores uma tipificação da realidade a ser compreendida, interpretada e comparada.

A etnometodologia, que na sociologia mais tradicional advoga procedimentos de trabalhos de campo, tampouco desenvolve uma metodologia particular de observação. Recolhendo influências da sociolingüística, da antropologia e da fenomenologia, procede a partir dessas tradições; reconhece como importante a realização de um tipo de observação contextualizada que leve o pesquisador a perscrutar os fenômenos, descrevê-los e interpretá-los. É uma abordagem extremamente crítica à observação positivista que vê o ato em si mesmo sem considerar pressões sociais que julgam a ação do senso comum sem racionalidade (Park & Burgess, 1921; Payne et al., 1981).

A posição da etnometodologia, particularmente da etnometodologia etnográfica, coincide com a abordagem tradicional da antropologia. Seus adeptos, no entanto, tentam diferenciá-la, criticando a antropologia de ser eminentemente descritiva. Goodenough insiste em que não se pode explicar uma cultura descrevendo comportamentos sociais, econômicos ou eventos cerimoniais e a forma como determinado fenômeno se apresenta. O desafio, segundo ele, é construir uma teoria dos modelos conceituais a respeito do que os vários eventos representam e dos quais eles são produtos. Portanto, "teoria e observação devem vir juntas" (1964, p. 85).

As críticas relativas à etnometodologia que utiliza primordialmente a observação participante se concentram exatamente na sua preocupação excessiva com o empírico e com uma interpretação fundada nele. Nela se processa uma redução do conhecimento aos significados subjetivos que os sujeitos criam de seu mundo, e da estrutura social aos procedimentos interpretativos.

A teoria marxista tem desenvolvido pouco sua reflexão sobre o trabalho de campo. Na verdade, na "Enquête Operária", Marx (1973) propõe que os próprios trabalhadores aplique os questionários. Dessa forma, a figura do pesquisador externo ao campo não existe. As posições múltiplas do marxismo em relação ao trabalho de campo têm variado entre a pura omissão e a tentativa de realizar uma sociologia crítica, como é neste último caso a proposta de Thiollent (1987). Comentando sobre esse assunto, Thiollent (1987) diz que não se pode dizer que no marxismo contemporâneo haja uma posição única a respeito da investigação em geral e da sociológica em particular. Na apresentação do livro *Existencialismo e Marxismo*, de Lukács (1967), o tradutor comenta a polêmica dos anos 60 do século XX na França, em que Sartre acusa os marxistas de esclerose, de incapacidade de apreender o particular, de perceber as representações como síntese de todas as medições do ser humano na sua vida concreta. Em troca Lukács

(1967) acusa o existencialismo de estar comprometido com a classe burguesa. Ambos falavam em nome de Marx & Engels (1967). Essa mesma crítica, continuam a fazer os etnometodólogos a respeito da incapacidade do marxismo de abordar fatos particulares. Na medida em que se contentou com macroanálises ou com discussões exegéticas dos textos clássicos de Marx & Engels (1967), muitos marxistas paralisaram sua reflexão científica sobre a realidade empírica particular. Essa postura distante dos problemas concretos ou apenas exegética é chamada por Thiollent como "teoricismo formalista" (1987, p. 24), que perde o sentido do que há de fundamental nas ciências sociais: a pesquisa. Comenta Thiollent:

> Sem investigações novas e sem preocupação de elaborar novos modos de investigação só se pode discutir a forma de apresentação de conhecimentos antigos, cuja capacidade de dar conta da realidade atual é problemática (1987, p. 27).

Panzieri (1968) em "A Concepção Socialista da Enquete Operária" faz a mesma crítica que Thiollent elabora sobre a posição dogmática de considerar a sociologia como uma ciência burguesa. Essa postura fez que o marxismo, como sociologia, regredisse. E acrescenta: "Parece-me que a sociologia burguesa desenvolveu-se a ponto de apresentar característica de uma análise científica que ultrapassa o marxismo" (Thiollent, 1987, p. 227).

Em contrapartida, Panzieri critica também as abordagens sociológicas e antropológicas que recortam a realidade e a olham de forma reduzida e fragmentada. Em particular sobre a observação participante, comenta:

> O momento de observação sociológica, conduzida segundo critérios sérios e rigorosos está então ligada por uma continuidade muito precisa à ação política; a pesquisa so-

ciológica é uma espécie de medição sem a qual nos arriscamos a fazer uma idéia otimista ou pessimista, de qualquer modo absolutamente gratuita, do grau de consciência da classe e da força de oposição atingida por ela. Ora, é claro que essa consideração influencia os objetivos políticos da investigação e representa mesmo seu principal objetivo (1968, p. 228).

Panzieri considera a pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade operária e como contribuição para a elevação da consciência de classe. No mesmo caminho, Thiollent (1987) também critica o que denomina atitude "passiva" ou "positivista" da observação sociológica, propondo uma alternativa de "questionamento" a ser desenvolvida por meio da "pesquisa-ação". Ambos os autores preconizam o envolvimento do pesquisador com a realidade que estuda e com os atores sociais que busca conhecer.

O envolvimento do investigador com o grupo pesquisado, atuando em propostas de transformação, tem sido ressaltado nas modalidades de pesquisa participante e de pesquisa-ação. Tais abordagens, porém, merecem cuidados epistemológicos que são mencionados por alguns pesquisadores como Durham (1986); Cardoso (1986); Zaluar (1986). Essas autoras criticam o excessivo empirismo desses tipos de investigação e seu caráter mais militante que científico.

Alguns filósofos marxistas dão algumas pistas coincidentes com a práxis da observação participante, mas sem, em nenhum momento, levantar propostas técnicas de como realizá-la. Joja, em *A Lógica Dialética* afirma:

> O singular e o particular manifestam a essência, o geral, numa exuberância de atributos em que é difícil distinguir o essencial daquilo que não o é, tanto que aquilo que não é essencial é mais visível e pode, por vezes, desempenhar o papel de essencial. [. . .] No singular percebemos o geral que aí está incluso e realizado: segundo a expressão plástica de Filipon, o universal é a comunidade pela qual todos os particulares se comunicam (1965, p. 77).

Um marxista importante como Kosik, ressaltando a importância das manifestações fenomênicas da realidade, até poderia ser confundido com um fenomenologista:

> No trato utilitário e prático com as coisas, em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazê-las, o indivíduo "em situação" cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. Essas representações se reproduzem imediatamente na mente daqueles que realizam uma determinada práxis histórica, como categorias de pensamento comum (1969, p. 10).

Mas Kosik distingue-se do clássico fenomenologista Schutz (1979), ao ressaltar o papel das determinações maiores sobre uma realidade empírica:

> Trata-se de uma práxis fragmentária, baseada na divisão de trabalho, na divisão da sociedade em classe e na hierarquia de posições sociais decorrentes da divisão em classe. [. . .] O fenômeno indica a verdade e a esconde. [. . .] Captar o fenômeno seria indagar e descrever como a coisa se manifesta e se esconde nele. [. . .] A realidade é a unidade do fenômeno e da essência (1969, p. 12).

Valorizando o sentido das realidades particulares vivenciadas pelas pessoas e pelos grupos, Joja critica os *desvios* das filosofias do século XVIII e XIX que consideravam as sensações, os sentimentos, a experiência vivida, as idéias e a imagi-

nação como elementos subordinados à única "instância de conhecimento adequado, a razão":

> O pensamento concreto consiste em considerar e apreender os fenômenos em sua auto-relação, em suas relações com a multiplicidade de seus próprios ângulos e de seus aspectos intercondicionados, em seu movimento e desenvolvimento, em sua multiplicidade e condicionamento recíproco com outros fenômenos ou grupos de fenômenos (Joja, 1965, p. 53).

Ora, o marxismo também caiu na cilada do racionalismo que foi objeto de reflexão e de crítica de Lênin segundo o qual: "Seria ridículo negar o papel da imaginação mesmo na ciência mais rigorosa" como também seria reducionismo deixar-se cair nas tentações dos subjetivismos: "Devemos aprender a explorar todos os seus aspectos, todas as suas correlações e suas mediações para chegar à realidade objetiva, nos limites de nossas possibilidades históricas" (1965, p. 215).

A idéia de que o particular não existe senão na medida em que se liga ao geral e o geral senão no particular e através dele; a idéia de que a dificuldade de apreensão está no pensamento e não na realidade, pois é o pensamento que separa e mantém a distinção de momentos de um objeto; a idéia de que a marcha do real é sempre mais verdadeira e profunda do que nossa capacidade de apreendê-lo; a idéia de que há uma relatividade entre os fatores objetivos e subjetivos, materiais e espirituais são alguns dos princípios básicos que podem orientar um trabalho de campo contextualizado.

De grande utilidade para uma observação ao mesmo tempo situada e contextualizada, é o texto "Método Dialético na Análise Sociológica" (Cardoso, 1973). A partir do estudo do conceito de totalidade, esse autor insiste em que a interpretação, para ter foros de instrumento científico de análise, precisa ser utilizada sem retirar dos dados o valor heurístico que possuem. "Sem sólida base empírica, a análise dialética corre o risco de perder-se em considerações abstratas destituídas de valor explicativo real" (1973, p. 2).

Trata-se, segundo o autor, de explicar os processos, as situações e os sistemas, não do ponto de vista da história já decorrida, quando tudo parece ter caminhado na direção de finalidades engendradas por condições dadas, mas do ponto de vista da história como realizadora da atividade humana coletiva, tomando o marxismo como uma teoria de aplicação heurística. Jamais em Marx encontram-se entidades. Por exemplo "a pequena burguesia" na obra *Dezoito Brumário* "fazia parte de uma totalidade viva, nos quadros da pesquisa e não de uma dedução do real a partir de totalidades abstratas definidas *a priori*" (Cardoso, 1973, pp. 17-23).

• *Diário de campo*

A observação participante, em qualquer nível de profundidade em que for realizada ou em que teoria se baseie, tradicionalmente utiliza um instrumento denominado *diário de campo*. O diário de campo nada mais é do que um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista. Nele devem ser escritas impressões pessoais que vão se modificando com o tempo, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, dentre outros aspectos. Uma pergunta freqüentemente levantada pelos pesquisadores é se devem ou não devem usar dados de seu diário de campo para a análise de seu objeto de investigação. A resposta tem de ser afirmativa. De outra forma não teria necessidade de tanto investimento na observação. É exatamente esse acervo de impressões e notas sobre as diferenciações entre falas, comportamentos e relações que podem tornar mais verdadeira a pesquisa de campo. Como lembra Denzin (1973), toda trian-

gulação de métodos e técnicas favorece a qualidade e a profundidade das análises.

• *Saúde/Doença como Tema de Observação*

Tomando-se como objeto de observação o tema Saúde/Doença, seja tanto em relação às concepções que delas faz a população, seja em relação às políticas do setor, aos processos avaliativos ou às reivindicações do movimento social, as posturas funcionalistas, fenomenológicas ou marxistas seriam totalmente diferentes.

No caso das abordagens funcionalistas, as observações privilegiariam a compreensão do sistema, sua organização, seu funcionamento, as idéias que as pessoas têm a seu respeito, incluindo-se a busca de entendimento e de explicações para os "desvios" funcionais. A população seria observada e inquirida sobre sua aceitação e sobre sua integração ao sistema e ao esquema médico. O "normal" e o "típico" seriam o conhecimento oficial. As conclusões estratégicas de tal observação apontariam para a melhor adequação do sistema aos usuários. A fórmula positivista de percepção da realidade funda-se na ideologia da normalidade do sistema de saúde e das correções de seus estrangulamentos, por exemplo.

O quadro referencial fenomenológico, voltado para compreender as estruturas de relevância das coletividades ou dos grupos, observaria sua atuação tal como ela se apresenta. A ênfase nos indivíduos enquanto agentes sociais torna a fenomenologia uma teoria que se insurge contra o "oficial", o "dominante", o "Estado", a "sociedade" e a anomicidade. As observações se dariam em torno da valorização da lógica de vida e de comportamento intersubjetivo dos atores, tendo no senso comum a matéria-prima essencial.

A teoria marxista daria ênfase aos conflitos, contradições e diferenças. Sobretudo observaria o contexto, uma vez que considera a saúde da população como uma derivação das suas condições de vida. Sua perspectiva em campo é a observação

dos modos de vida, das práticas de classe e das formas de organização que engendram as situações de saúde/doença.

Essas visões teóricas diferenciadas até mesmo no ato de observar, certamente, junto com outros fatores, influenciarão os resultados da observação. As relações entre a experiência de observação e a consciência não são de ordem acumulativa e a subjetividade não desvenda a realidade sem a teoria, entendida como instrumento para encontrar o geral no particular.

A tentativa de cercar o objeto de estudo, sob todos os ângulos possíveis ressalta que a noção de observação não pode ser simplesmente confundida com "empirismo". Este é apenas uma ideologia particular de observação. Criticar as ideologias de observação empiristas, positivistas ou psicologistas não significa rejeitar todos os tipos de inserção. Por outro lado, ao empirismo não se pode opor o teoricismo. Sem investigação da realidade concreta, as ciências sociais seriam apenas um discurso filosófico ou político. Sem problemática teórica, a sociologia degeneraria em pesquisa de opinião e entronização do senso comum.

É bom lembrar mais uma vez que no campo, assim como durante todas as etapas da pesquisa, tudo merece ser entendido como fenômeno social e historicamente condicionado: o objeto investigado, as pessoas concretas implicadas na atividade, o pesquisador e seu sistema de representações teórico-ideológicas, as técnicas de pesquisa e todo o conjunto de relações interpessoais e de comunicação simbólica.